

Contestações afetam a política fiscal

A equipe econômica tem ainda mais 14 pedras no sapato para administrar — algumas herdadas do governo Sarney — que vão desde a cobrança de 8% sobre o lucro líquido das empresas à correção monetária dos balanços das empresas. “Se o governo perder essas questões terá um rombo de caixa inadministrável”, afirma o tributarista Carlos de La Roque. As dificuldades do governo na área fiscal ocorrem, segundo La Roque, “porque o código tributário e a própria Constituição foram atropelados pelas medidas econômicas”.

Os próximos meses serão de muito trabalho para os funcionários que defenderão o governo junto aos tribunais superiores. Isto porque a Justiça de primeira instância vem dando ganho de causa a quase todas as ações movidas pelo público. É o caso do pagamento de Imposto de Renda em cruzeiros sobre a rentabilidade das empresas em cruzados novos. Os tribunais autorizam os empresários a só pagarem o IR sobre os cruzados retidos depois que o dinheiro for liberado.

Também têm êxito os empresários que questionam em juízo a correção dos balanços das empresas. Pelas regras atuais, os balanços têm que ser corrigidos pela TRD. Dessa forma, as empresas são obrigadas a pagar um IR maior, já que a conta prejuízo fica menor do que era previsto. O governo tem também que resolver o problema dos investidores que tiveram cruzados novos congelados. Como em fevereiro o governo mudou o fator de correção da caderneta de poupança e dos outros ativos financeiros, inclusive os que estavam congelados, alguns investidores já estão exigindo que o seu dinheiro retido seja corrigido pelos índices regidos no contrato e não pela nova sistemática.